
INTERTEXTUALIDADES EXPLÍCITAS E INTERTEXTUALIDADES IMPLÍCITAS

JOSÉ ELDERSON DE SOUZA SANTOS*

KENNEDY CABRAL NOBRE**

RESUMO

Investindo em uma análise bibliográfica, objetivamos relacionar as noções de implicitude/explicitude das intertextualidades, a partir do trato dado a esses conceitos em Piègay-Gros (2010) e Koch (2009). A primeira divide as intertextualidades em: por copresença (alusão – plágio [implícitas], referências – citação [explícitas]) e por derivação; já a segunda estuda diversas categorias de intertextualidades, dentre elas as explícitas (fonte do intertexto presente) e as implícitas (fonte do intertexto ausente). Em Koch (2009), portanto, a noção de explicitude/implicitude está relacionada à presença/ausência de referência à autoria do texto-fonte do intertexto. Enquanto em Piègay-Gros (2010), são considerados fatores como marcas tipográficas e efeitos de sentidos que as intertextualidades acarretam.

PALAVRAS-CHAVE: Intertextualidade. Intertextualidade explícita. Intertextualidade implícita. Relações intertextuais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Temos como objetivo, neste trabalho, articular as noções de implicitude e explicitude que se expressam nos estudos sobre os processos intertextuais, abordados dentro da Linguística de Texto. Para tanto, embasamo-nos especialmente em Piègay-Gros (2010)

* Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Fortaleza, Ceará, Brasil. Bolsista de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: eldersonsantos@hotmail.com.

** Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil. Mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: cabralnobre@unilab.edu.br.

e em Koch (2008, 2009 e 2012), além de associar outros estudos a elas relacionados. As autoras dedicaram-se a refletir sobre as intertextualidades que promovem importantes debates sobre o seu caráter explícito/implícito. Entretanto, apesar de abordarem a noção sobre a mesma terminalidade, compreendem o fenômeno a partir de pressupostos diferentes – a primeira, no escopo da crítica literária, dando curso à formalização proposta inicialmente por Genette ([1996] 2010), e a segunda na Linguística de Texto. Almejamos, assim, através de uma análise bibliográfica, investigar tais perspectivas, com foco em articular os pontos convergentes e divergentes entre elas.

A noção de intertextualidade nasce no escopo de estudos sobre vozes do discurso, sendo o termo cunhado por Kristeva, em 1974 (cf. KRISTEVA, 2005). A autora define tal conceito como a condição inerente ao texto de articular outros em torno de sua produção, aos moldes de uma colcha de retalhos. O texto seria, dessa maneira, a partir da concepção dessa estudiosa francesa, uma espécie de quebra-cabeça de citações. Essa concepção, por sua natureza ampla, aproxima-se do conceito de dialogismo debatido por Bakhtin (2003). Com efeito, ainda que não seja a perspectiva adotada neste artigo, não se pode negar que muitas abordagens sobre o fenômeno da intertextualidade acabam por tomá-lo sob uma dimensão dialógica.

Posteriormente, Genette (2010) tratou de analisar uma série de relações que se estabelecem entre um texto e outro(s), dentre as quais, a intertextualidade. É a partir de tal autor que tende a se estruturar a maior parte dos estudos que atualmente abordam a intertextualidade no escopo da Linguística de Texto, como Cavalcante e Brito (2011), Cavalcante (2012), Nobre (2014), Faria (2014), Santos (2016), Carvalho (2018). Para Genette (2010), intertextualidade seria, portanto, um processo que se dá a partir da copresença de um texto em outro, ou seja, a utilização por parte dos sujeitos, ao produzirem um novo texto, de um fragmento (definido como intertexto) de outro texto na construção de seu texto. Dentre os estudos que debateram a intertextualidade, desdobrando-a a partir de Genette (2010), encontram-se ainda os de Piègay-Gros (2010) e Koch (2008, 2009 e 2012), nicho em que nos embasamos para tratar das noções de implicitude e explicitude.

Piègay-Gros (2010), lapidando os estudos de Genette, concebe a intertextualidade não somente por copresença, como também por

derivação. Dessa maneira, pode-se compreender intertextualidade não somente como um processo de acionamento de partes de outro texto para produção de um novo, como também o movimento de articulação no qual um texto inteiro dá origem a outro. A autora elenca ainda os processos intertextuais, dividindo-os entre os que ocorrem por copresença e os que se dão por derivação, separando, dentro dos processos por copresença, os que seriam implícitos e os que seriam explícitos.

Koch (2008, 2009 e 2012), por sua vez, aborda diversas categorias no que concerne aos processos intertextuais. A autora diferencia as intertextualidades em estritas e amplas. As intertextualidades estritas estariam contidas nas intertextualidades amplas. Dentre as intertextualidades estritas, Koch (2008, 2009 e 2012) trata das noções de intertextualidades explícitas e intertextualidades implícitas. Em seus estudos, não percebemos a divisão de explicitude e implicitude em processos intertextuais, sendo tais conceitos as próprias categorias de análise.

Diante dessas questões inicialmente apresentadas em torno dos processos intertextuais, nossa análise foca nas noções de implicitude e explicitude abordadas por Piègay-Gros (2010) e Koch (2008, 2009 e 2012). O trabalho se justifica tendo em vista que busca cotejar e exemplificar tais noções, considerando o fato de elas aparentemente tratarem do mesmo fenômeno, já que são definidas pelos mesmos termos; porém, na realidade, observa-se que há concepções diferentes de explicitude e implicitude que, mesmo possuindo representações distintas, podem dialogar.

Acreditamos ser possível considerar, por meio de uma revisão de literatura, que as concepções de intertextualidade implícita e intertextualidade explícita de Piègay-Gros (2010) são categorias mais amplas que a de Koch (2008, 2009 e 2012). Para Koch (2008, 2009 e 2012), a implicitude ou a explicitude de um processo intertextual está relacionada exclusivamente à não marcação da autoria; Piègay-Gros (2010), todavia, não se restringe à marcação da autoria para definir sua concepção de implicitude e explicitude, inclusive esmiúça as categorias que podem ser divididas da seguinte forma, fenômenos implícitos: a alusão e o plágio; fenômenos explícitos: a referência e a citação.

Com base em Gil (2002), quanto à metodologia adotada, nosso estudo pode ser classificado de duas maneiras: descritivo e explicativo. Pesquisas enquadradas nesses tipos buscam, respectivamente, realizar a descrição de características relativas ao objeto e explicar os fatores que contribuem para sua realização. Desse modo, ao longo deste artigo, descrevemos as noções de implicitude e explicitude relacionadas às intertextualidades, investigadas por Piègay-Gros (2010) e por Koch (2008, 2009 e 2012), explicando como cada noção se constitui, como os processos intertextuais a elas relacionados são manuseados pelos locutores e a forma de organização de tais processos. Quanto aos procedimentos técnicos que usamos, podemos afirmar que nossa análise caracteriza-se como bibliográfica, haja vista recorrermos a livros, artigos, teses e dissertações que possibilitam investigar e discutir a temática, assinalando convergências e divergências entre as noções das autoras, de modo a apontar caminhos para avanços na discussão.

A NOÇÃO DE IMPLICITUDE E EXPLICITUDE EM PIÈGAY-GROS

O PONTO DE PARTIDA, A INTERTEXTUALIDADE: DE GENETTE A PIÈGAY-GROS

Piègay-Gros (2010), retomando Genette (2010), redefine o conceito mais amplo que o autor tratou como transtextualidade. Para Genette (2010), as relações transtextuais dizem respeito às múltiplas relações que um texto possui com outros (ou mesmo com suas partes) que são assim divididas: intertextualidade, paratextualidade, metatextualidade, arquitextualidade e hipertextualidade. Essa noção distancia-se um pouco da concepção de texto como unidade de sentido e evento comunicativo, advogada na contemporaneidade pela Linguística de Texto, especialmente por estar relacionada à noção de texto literário. Portanto, no caso de um romance, para exemplificar, o texto não seria a obra como um todo, mas a parte em que efetivamente se desenrola o enredo, sendo excluídos, assim, por exemplo, o título, as notas de rodapé, os comentários do editor ou do próprio escritor contidos na obra, entre outras partes – do texto ou que provêm do *texto*.

No que concerne à intertextualidade, Genette (2010) a definiu como “[...] a relação de copresença entre dois ou vários textos, isto é,

essencialmente e mais frequentemente, como a presença efetiva de um texto em outro.” (p. 12). Conforme o autor, essa categoria é subdividida em sua forma mais canônica, a citação, empréstimo declarado e literal, e em sua forma menos canônica, o plágio, empréstimo não declarado e literal; além desses, temos um processo no qual, de maneira menos explícita, um texto remete a outro texto: a alusão.

A paratextualidade, para o autor, diz respeito à relação que um texto possui com seus “paratextos”, ou seja, os demais textos que circundam o texto principal – como no exemplo sugerido, o enredo do romance, sendo o que o autor define como o “texto propriamente dito” (p. 13). São considerados paratextos para Genette (2010) o título, o subtítulo, os prefácios, as notas de rodapé, a capa, a orelha do livro etc.

Para tratar da relação de um texto com os comentários a ele relacionados, Genette (2010) define a metatextualidade. O comentário, para o autor, seria essa transcendência na qual “[...] se une um texto a outro texto do qual ele fala, sem necessariamente citá-lo (convocá-lo), até mesmo, em último caso sem nomeá-lo [...]” (p. 15). Conforme o teórico destaca, tal transtextualidade é comumente acionada na crítica literária.

Genette (2010) trata de abordar ainda a arquitextualidade. Essa categoria nos parece interessante, tendo em vista ser a responsável por abarcar a construção e identificação do que compreendemos por gêneros textuais. Essa relação pode estar contida na própria composição do texto (gênero), ou, conforme nos destaca o autor, no título, a exemplo de alguns poemas, ensaios, romances etc. (ex.: *Soneto da Fidelidade*). Como se pode perceber, apesar de invocar o título para explicação da arquitextualidade, essa categoria se distancia da paratextualidade, pois é uma relação transtextual mais ampla, não sendo somente uma relação entre obra e título (ou entre todo e parte), mas entre obra, título e gênero, ou entre obra e gênero, diretamente.

Por último, Genette (2010) nos aponta a hipertextualidade. Tal transcendência merece atenção, pois ela, juntamente à intertextualidade, é rearticulada por Piègay-Gros (2010). Seria, portanto, para o pesquisador, “toda relação que une um texto B (que chamarei de *hipertexto*) a um texto anterior A (que, naturalmente, chamarei de *hipotexto*) do qual ele *brota* de uma forma que não é a do comentário.” (p. 16. Grifos do autor). Resumidamente, a hipertextualidade define o

movimento de geração de um texto a partir de outro, como ocorre em resumos, resenhas, paródias, imitações de estilo e em outros tipos de texto.

A hipertextualidade divide-se em imitação e transformação, sendo subdividida em imitação: pastiche (em regime lúdico), charge (em regime satírico) e forjação (em regime sério); transformação: paródia (em regime lúdico), travestimento (em regime satírico) e transposição (em regime sério). O autor, assim afirma:

[...] adoto o termo geral transformação para abranger os dois primeiros gêneros [paródia e travestimento], que diferem sobretudo pelo grau de deformação aplicado ao hipotexto, e o termo imitação para abranger os dois últimos [charge pastiche], que só diferem por sua função e seu grau de exacerbação estilística. (p. 37. Grifos do autor).

Essa última categoria (hipertextualidade) foi chamada por Piègay-Gros (2010) de derivação. A autora, ao redefinir o que Genette (2010) chamou de transtextualidades, deixa de lado os conceitos de paratextualidade, metatextualidade e arquitekstualidade, passando a compreender intertextualidade como não somente uma relação de copresença entre textos, mas também como uma relação de derivação. A partir de tal perspectiva, podemos considerar intertexto não somente o movimento de acionar um intertexto ao longo da produção de um novo texto (como nas citações), mas também o movimento de geração de um texto a partir de outro, sem que trechos específicos sejam captados ou subvertidos.

Piègay-Gros (2010) mantém como processos intertextuais por copresença a citação, o plágio e a alusão, acrescentando, junto desses, a referência. A intertextualidade por copresença poderia dar-se, portanto, de maneira implícita, ocorrendo a alusão e o plágio, ou de maneira explícita, ocorrendo a citação e a referência. A noção de implicitude aqui, apesar de não negar questões de presença/ausência de autoria, não pode ser resumida a ela, tendo em vista que, no caso da alusão, por exemplo, o que a caracteriza é que remete de forma velada a outro texto. O que pode, por sua vez, de maneira consecutiva, fazer emergir ou não as relações de autoria. O foco é, portanto, não a marcação da autoria, mas sim a construção do processo intertextual que se constituirá

estando presente ou ausente a autoria. Passemos agora a explorar os quatro processos intertextuais apontados pela autora, a saber: a alusão, o plágio, a citação e a referência.

A ALUSÃO

Dentre os processos intertextuais implícitos, a alusão é o que ocorre de maneira mais sutil. A tendência é que tal tipo de intertextualidade se realize por meio da apresentação de pistas que atuarão em diálogo com a memória do leitor/ouvinte, tornando possível a recuperação do processo intertextual. Piègay-Gros (2010, p. 226), assim a define, “A alusão é também muitas vezes comparada à citação, mas por motivos completamente diferentes: já que ela não é nem literal nem explícita, pode parecer mais discreta e mais sutil.”.

Além de ser confundida com a citação, conforme aponta a autora no trecho em destaque, a alusão pode ser associada também à intertextualidade por referência. Isso se dá, pois uma das pistas deixadas por uma alusão pode ser a referência que essa faz a outro texto. Quando realizada por meio da alusão, a referência, porém, tende a não ser tão explícita. Parece-nos possível também que ambos os fenômenos, em alguns casos, ocorram em concomitância. É possível se questionar ainda, conforme Cavalcante; Brito (2011), até que ponto as marcas do próprio fenômeno alusivo não o tornariam um processo intertextual explícito, colocando em xeque a dualidade: explícito \times implícito e possibilitando-nos pensar marcas para além das tipográficas canônicas.

A não recuperação da alusão por parte dos interlocutores, por sua vez, não torna impossível que o sentido do texto seja construído. Porém, determinados objetivos do produtor do texto, almejados juntos ao uso da alusão, podem não ser alcançados com totalidade, caso os interlocutores não recuperem o texto-fonte da alusão. Exemplo disso pode ser percebido quando a alusão é utilizada com propósito argumentativo, conforme apontam Brito; Falcão; Souza Santos (2017).

Por se tratar de uma pesquisadora que voltava seus estudos para a literatura, a alusão, em Piègay-Gros (2010), é considerada um processo intertextual por copresença, não sendo possível analisar os casos em que um texto inteiro alude a outro, visto que essa alusão não é centrada

somente num trecho. Isso ocorre com frequência em textos imagéticos, ou verbo-imagéticos, conforme considerou Carvalho (2018). O exemplo a seguir, todavia, apresenta um caso de alusão em texto verbal, sendo realizada e por nós analisada aos moldes do conceito a partir do tratado em Piègay-Gros (2010).

Carlos (2007), ao analisar os processos intertextuais e as relações interdiscursivas presentes nas canções de Belchior, faz comentários sobre a canção “*Coração Selvagem*”. Conforme a pesquisadora, podemos encontrar nela a ocorrência de alusão à canção “*As curvas da estrada de Santos*”, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos. Vejamos (Figura 1):

FIGURA 1 – ALUSÃO ENTRE AS CANÇÕES “*AS CURVAS DA ESTRADA DE SANTOS*” E “*CORAÇÃO SELVAGEM*”.

<p><i>Coração Selvagem</i> Belchior</p> <p>[...] Meu bem, vem viver comigo, vem correr perigo, vem morrer comigo Meu bem, meu bem, meu bem</p> <p>Talvez eu morra jovem, alguma curva no caminho Algum punhal de amor traído completará o meu destino [...]</p> <p>Disponível em: https://www.lettras.mus.br/belchior/44453/. Acesso em 12 ago. 2018. Grifos nossos.</p>	<p><i>As curvas da estrada de Santos</i> Roberto Carlos e Erasmo Carlos</p> <p>Se você pretende saber quem eu sou Eu posso lhe dizer Entre no meu carro na estrada de Santos E você vai me conhecer Você vai pensar que eu não gosto nem mesmo de mim E que na minha idade só a velocidade Anda junto a mim</p> <p>Só ando sozinho E no meu caminho o tempo é cada vez menor</p> <p>Preciso de ajuda Por favor me acuda Eu vivo muito só</p> <p>Se acaso numa curva eu me lembro do meu mundo Eu piso mais fundo Corrijo num segundo Não posso parar</p> <p>Eu prefiro as curvas da estrada de Santos Onde eu tento esquecer Um amor que eu tive E vi pelo espelho na distância se perder</p> <p>Mas se o amor que eu perdi eu novamente encontrar As curvas se acabam E na estrada de Santos não vou mais passar Não, não vou mais passar [...]</p> <p>Disponível em: https://lettrasweb.com.br/roberto-carlos-erasmo-carlos/as-curvas-da-estrada-de-santos.html. Acesso em 12 ago. 2018. Grifos nossos.</p>
--	--

Fonte: elaboração própria (2018).

Notamos que, na canção de Belchior, o eu-lírico apresenta a possibilidade de que sua morte seja jovem, em uma curva qualquer. Pode-se analisar a relação que tal trecho tece com a canção de Roberto Carlos e Erasmo Carlos (mais precisamente com o trecho em destaque), considerando o fato de a canção desses autores tratar de relações amorosas e de como o eu-lírico descarrega seus conflitos ao transitar pelas “curvas da estrada de Santos”, podendo representar, tal trânsito, o seu eu recalcado.

Na canção de Belchior, essa alusão atende sobretudo a um caráter lúdico, poético. Tal prática parece-nos comum em produções musicais brasileiras, especialmente pertencentes à MPB. Entretanto, até mesmo a ludicidade pode carregar traços argumentativos menos marcados; como na canção, em que podemos interpretar que um dos propósitos do eu ao aludir é apresentar ao outro seu caráter efêmero (ou mesmo convencê-lo da efemeridade que habita em si). Os produtores de texto, ao se utilizarem da alusão, por vezes, aparentam a construção de uma certa erudição (BRITO; FALCÃO; SOUZA SANTOS, 2017). A erudição, por sua vez, pode-se construir por meio do recurso lúdico e representa um *ethos* a ser respeitado.

O PLÁGIO

O plágio é um processo intertextual de complexa caracterização. Essa prática é geralmente associada a roubo ou furto de texto, ideias e outras produções, como melodias, encenações, programas de televisão, dentre outras práticas sociais. A partir de tal perspectiva, Piègay-Gros (2010) assim o definiu, dentro das práticas intertextuais por copresença:

O Plágio está para a intertextualidade implícita, assim como a citação está para a intertextualidade explícita. Ele se define assim, de maneira resumida, mas precisa, como uma citação não marcada. Plagiar uma obra é, então, citar uma passagem dela, sem informar que não somos o seu autor. As metáforas habituais do plágio são o furto e o roubo; o plágio será tanto mais condenável quanto mais literal e longa for a repetição da passagem. (p. 224/225).

Como notamos na citação apresentada, a autora francesa define o plágio como uma citação que não apresenta marcas tipográficas

que venham a indicar o processo como uma citação, propriamente dita. Ele ocorre, portanto, devido a essa não marcação tipográfica, de maneira implícita, para Piègay-Gros (2010). A não marcação da autoria acarretaria uma reprodução, ou apropriação do texto ali presente que, devido às questões autorais, podem receber sanções sociais diversas. Souza Santos (2018) considera que tais sanções tendem a variar conforme o domínio discursivo (ou mais especificamente, conforme o gênero discursivo) em que tal prática é inserida, haja vista o fato de ela afetar as normas de circulação dos textos; em gêneros primários, por exemplo, a reprodução – apropriação de textos tende a não ser tão coibida quanto em gêneros secundários. O pesquisador destaca ainda que o plágio pode não ser sempre uma reprodução literal, incidindo sobre ele, com propósito de não tornar tão clara a interlocutores sua percepção, camuflagens de “ordem linguística” (KOCH, 2009, p. 147).

É importante destacar que tal conceito surgiu na Roma Antiga, representando o ato de se apropriar de homens livres ou escravos libertos. Entre os séculos XVII e XIX, entretanto, passou a ganhar uma significação próxima à atual. Tal ressignificação está diretamente ligada ao processo de criação e popularização da imprensa. A percepção de que ideias, ou as suas “materializações” em obras (textos), possibilitava o ganho monetário, fez se erguer densas relações de poder entre autor e obra, tão bem refletidas em Barthes (2004 [1988]) e Foucault (2001 [1969]). As análises de tais relações de poder são fundamentais para a compreensão do fenômeno e o desenvolvimento de estudos em torno da temática. Devido a questões jurídicas, exemplificar a ocorrência do fenômeno se torna ato delicado.

Devido às relações sociais de poder que acabam colocando o plágio em contestação, essa prática social vem sendo analisada de maneira quase unânime no direito, à luz do direito autoral. Entretanto, estudos como o de Christofe (1996) e Souza Santos (2018) assumem a possibilidade de investigá-lo sob a perspectiva da Linguística. Um questionamento iniciado em Nobre (2014), e reforçado por nós, é o de que se o plágio, sendo observado na condição de prática intertextual, demandaria unicamente movimentos intertextuais por copresença. O que nossos estudos têm mostrado é que ele pode também incorporar movimentos das intertextualidades por derivação, condição na qual talvez haja mais possibilidades de investigação a respeito da prática,

que quando o observamos como uma copresença (percepção um pouco mais restrita, da maneira que fez Piègay-Gros [2010]).

A CITAÇÃO

Como a forma mais canônica de intertextualidade, a citação é, provavelmente, o mecanismo intertextual mais reconhecido como tal. Ela é corriqueiramente utilizada no meio científico, jurídico e jornalístico, por exemplo, quando se deseja mencionar fala de atores sociais, ou mesmo trechos de textos; comumente tal acionamento tem propósito de reforço à argumentação de quem aciona. Sua ocorrência dá-se, mais frequentemente, por meio de uma reprodução literal e demarcada tipograficamente do trecho de um texto em outro texto. Piègay-Gros (2010) assim considera:

A citação aparece legitimamente como a forma emblemática da intertextualidade: ela torna visível a inserção de um texto no outro. Os códigos tipográficos – deslocamento da citação, emprego de caracteres em itálico ou aspas... - materializam essa heterogeneidade. (p. 220).

O que nos parece mais notável nessa consideração da autora francesa é o fato de ela associar a citação especialmente à sua marcação tipográfica, o que ocasiona certa ruptura na linearidade do texto vigente em que se coloca a citação. Essa demarcação da heterogeneidade da língua, conforme Authier-Revuz (1990), realça uma ilusão necessária dos sujeitos de serem donos dos próprios dizeres, quando na verdade esses se constroem de vozes discursivas ideológicas, sociais e dos próprios inconscientes dos produtores.

Em Koch (2008, 2009 e 2012), uma citação é considerada intertextualidade explícita tendo em vista vir acompanhada da referência ao texto-fonte do qual teria sido retirado o intertexto. Em Piègay-Gros (2010), notamos que esse teor de explicitude relacionado à citação não se dá, haja vista somente a referência à autoria, que pode inclusive não aparecer, mas sim à marcação tipográfica contida nesse processo intertextual e à quebra na linearidade textualmente construída.

Outra questão importante relacionada a esse processo intertextual, conforme destaca Piègay-Gros (2010), é a sua função de autoridade.

Perelman e Tyteca (2005) definem tal movimento argumentativo como argumento de prestígio. Ele ocorre, como podemos perceber, em textos diversos, na utilização de uma citação, ao se acionar o texto de outro sujeito geralmente com objetivo de legitimar o que se diz. Essa função de autoridade está diretamente ligada às funções de captação e subversão contidas nos processos intertextuais, que de maneira latente tende a ocorrer na citação. Analisemos um exemplo (Figura 2).

A reportagem a seguir foi retirada do jornal *Poder 360*. Ela informa sobre entrevista concedida pelo então candidato Jair Bolsonaro à *GloboNews*, no dia 04 de agosto de 2018. Um dos pontos mais repercutidos da entrevista foi a citação que ele realizou do editorial de 07 de outubro de 1984, do jornal *O Globo*, no qual o periódico prestava apoio ao governo ditatorial brasileiro.

FIGURA 2 – O USO DA CITAÇÃO.

Bolsonaro cita apoio da Globo ao golpe de 64 e TV responde com editorial

Militar falou em programa da GloboNews
Miriam Leitão leu nota após a entrevista
Programa teve maior audiência da série

Jair Bolsonaro lembrou que o Grupo Globo foi a favor do golpe de 1964 e havia reiterado esse apoio em 1984. Miriam Leitão vocalizou nota da emissora reconhecendo que houve tal apoio, mas que em 2013 a atitude pró-golpe passou a ser considerada 1 erro pela empresa.

PODER360
04.ago.2018 (sábado) - 12h37
atualizado: 04.ago.2018 (sábado) - 17h12

O candidato a presidente pelo PSL, Jair Bolsonaro, lembrou durante entrevista à *GloboNews* nesta 6ª feira (3.ago.2018) que o Grupo Globo apoiou o regime militar instaurado após o golpe de 31 de março de 1964.

A declaração de Bolsonaro provocou uma reação do Grupo Globo, que decidiu veicular uma nota oficial, em formato de editorial, ao final do programa. No texto, vocalizado pela jornalista Miriam Leitão, o apoio ao golpe de 64 foi admitido, mas lembrando que essa posição foi depois invertida em 2013, quando a empresa afirmou que cometera 1 erro.

Bolsonaro levantou o assunto ao responder a uma pergunta do jornalista Roberto D'Ávila a respeito de o candidato do PSL achar que o Brasil não teria passado por uma ditadura militar.

Ao responder a D'Ávila, o candidato disse:

"Eu quero aqui elogiar, saudar a memória do senhor Roberto Marinho. Editorial de capa do jornal 'O Globo' de 7 de outubro de 1984, 'Senhor Roberto Marinho': 'Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas ameaçadas pela radicalização ideológica, distúrbios sociais, greves e corrupção generalizada'.

[...]

A declaração de Bolsonaro foi durante o programa “Central das Eleições”, que foi ao ar nesta semana diariamente com entrevistas de presidenciáveis, às 22h30. Foram recebidos por uma bancada de 9 jornalistas da emissora Alvaro Dias (Podemos), na 2ª feira, Marina Silva (Rede), na 3ª feira, Ciro Gomes (PDT), na 4ª feira, e Geraldo Alckmin (PSDB) na 5ª feira.

Ontem, 6ª feira, o programa com Bolsonaro teve a maior audiência de todas as 5 entrevistas da semana, segundo apurou o Poder360. Antes, a maior audiência havia sido a conversa com Ciro Gomes. A *GloboNews* não divulga os dados exatos de quantas pessoas sintonizaram o canal.

O programa com Bolsonaro teve 1 desfecho diferente dos anteriores. Ao final da entrevista, a jornalista Miriam Leitão vocalizou 1 editorial preparado pela direção do Grupo Globo.

O texto era para ter sido lido a partir de 1 teleprompter – equipamento que fica entre o narrador e a câmera e mostra as frases que devem ser lidas. O TP, como se diz no jargão televisivo, falhou.

Para resolver o problema, o texto foi então enviado para a jornalista por meio de 1 ponto eletrônico – o fone de ouvido sem fio que permite aos jornalistas entrevistadores ouvir o que diz a direção do programa a partir da mesa de edição de imagens. Miriam Leitão passou a ouvir cada uma das frases do editorial do Grupo Globo e repetiu tudo no ar, ao vivo, de maneira pausada.

Eis o texto vocalizado por Miriam Leitão:

“Em relação às declarações do candidato Jair Bolsonaro sobre O Globo em 1964, o Grupo Globo emittu a seguinte nota:

“O candidato Jair Bolsonaro disse há pouco que Roberto Marinho, em editorial de 1984, afirmou que participava do que chamava de ‘Revolução de 64’. Identificado com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas. E fato. Como todos os grandes jornais à época – com exceção da ‘Última Hora’, ‘O Globo’ apoiou editorialmente o golpe – com o objetivo reiterado de Roberto Marinho 20 anos depois.

“O candidato Bolsonaro esqueceu-se, porém, de dizer que em 30 de agosto de 2013, ‘O Globo’ publicou um editorial em que reconheceu que o apoio ao golpe de 64 foi um erro. Nele, o jornal disse não ter dúvidas de que o apelo pareceu, aos que dirigiam o jornal na época e viveram aquele momento, a atitude certa, visando ao bem do país.

“E finaliza com essas palavras o editorial [de 2013]: à luz da história, contudo, não há porque não reconhecer hoje, explicitamente, que o apelo foi um erro. Assim como, equivocadas foram outras decisões editoriais no período em que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto e corre risco. E ela só pode ser salva por si mesma”.

[...]

Fonte: Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/bolsonaro-cita-apoio-da-globo-ao-golpe-de-64-e-tv-responde-com-editorial/>. Acesso em: 05 ago. 2018

Bolsonaro é comumente apontado como um político polêmico, em consequência das opiniões que profere e as causas que defende. Dentre as pautas que debate estão: a extinção do estatuto do desarmamento, a militarização das entidades públicas, a privatização de maior parte das funções do estado e o apoio à ditadura militar brasileira. Bolsonaro, além de tais ideias, faz corriqueiramente pronunciamentos que tendem à ofensividade contra grupos socialmente minoritários, como negros, mulheres, indígenas e à comunidade LGBT.

Na notícia em questão, o político cita editorial do *O Globo*, ao ser perguntado pelo entrevistador se o país teria passado, ou não, por uma ditadura (trecho retratado no 4º parágrafo da reportagem, por nós colocado em destaque). Como um mecanismo de defesa à sua opinião, realçando que não estaria sozinho em torno dessa perspectiva, Bolsonaro cita a posição já assumida pela Rede Globo, expondo nacionalmente na própria emissora, que ela teria também apoiado e feito parte de tal período do país, podendo se considerar, consecutivamente, uma atitude hipócrita questionar a posição do candidato de defesa à ditadura.

O apoio ao governo militar pode ser interpretado por parte dos brasileiros como um ato absurdo, que vem sendo combatido há anos, tendo em vista a repressão provocada por tal período à organização e manifestação política, ocasionando efeitos devastadores em diversos setores da sociedade, como à educação, à economia e à assistência básica. Ao citar o editorial da Rede Globo, Bolsonaro busca compartilhar com a emissora sua posição, na tentativa de se resguardar do ato possivelmente absurdo que seria apoiar uma ditadura. O político busca ainda blindar-se da temática, uma vez que deixa claro para seus interlocutores que a emissora para a qual concede a entrevista não poderia julgá-lo, pois teria também apoiado tal momento obscuro para o país. Assim, o prosseguimento da temática ao longo da entrevista poderia constranger o grupo de televisão.

A resposta da rede jornalística veio ao final do programa, quando a entrevistadora Miriam Leitão leu pronunciamento oficial da Rede Globo sobre o acontecido. Durante o pronunciamento, há citação de outro editorial, publicado em 30 de agosto de 2013. Conforme a jornalista, nele constaria admissão do erro que foi o fato de a emissora ter apoiado a ditadura militar brasileira. Com tal movimento argumentativo, o pronunciamento reforça o quão contraditório à democracia é o apoio a um regime ditatorial, apontando ser absurda a posição ideológica defendida por aquela figura pública que concede a entrevista.

Como se pode notar, a função argumentativa da citação pode provocar o efeito de legitimar, inclusive, opiniões não bem-vistas socialmente. Ao se acionar uma entidade na posição de autoridade, o texto em que se insere a citação pode passar a captar as informações contidas na citação, tirando a opinião do locutor da possível situação de isolamento em que poderia se encontrar.

A REFERÊNCIA

Esse processo intertextual, para Piègay-Gros (2010), é tal qual a citação uma forma explícita de intertextualidade por copresença. O interessante é que, apesar de ser um processo intertextual explícito, ele não apresenta diretamente o texto acionado. A autora assim expõe:

A referência, como a citação, é uma forma explícita de intertextualidade. Mas ela não expõe o outro texto ao qual nos remete. É, portanto, uma relação *in absentia* que ela estabelece. É por isso que ela é privilegiada sempre que for o caso apenas de remeter o leitor a um texto, sem citar o texto literalmente. (p. 223. grifo da autora).

Esse processo apresenta proximidade com a alusão, como tem apontado Carvalho (2018), apesar de a alusão encontrar-se no espectro de copresença implícita. A diferença é, portanto, a nosso ver, o fato de que explicitamente a referência coloca o trecho de um texto em prol da construção de outro, por meio de paráfrases, citações indiretas, por exemplo, não se constituindo como citação, colocação literal e demarcada, ou mesmo como uma alusão, que ganha força a partir da memória do leitor. A referência acontece ainda quando, por exemplo, é feita menção ao personagem ou ao contexto de uma obra, sem que a obra seja efetivamente citada.

Consideramos importante destacar que a referência, apesar de ter sido colocada como um fenômeno intertextual em Piègay-Gros (2010), não se confunde com o conceito abordado nos estudos da referencialização. A intertextualidade pode, contudo, em determinados casos, servir à categorização e recategorização de determinados referentes ao logo de um texto, quando se aciona intertextualmente o referente de outro texto, para a categorização/recategorização de um novo, no texto que se tece.

Dentro das relações intertextuais, a referência pode também ser concebida como um instrumento que permite a construção dos demais fenômenos tratados em Piègay-Gros (2010). Por exemplo, chamamos de citação um processo intertextual cuja *referência* encontra-se devidamente colocada; a ausência de tal *referência*, tornando consequente a reprodução e apropriação do texto “citado”, leva-nos ao plágio, em um movimento em que a *referência*, apesar de ausente, é retomada na memória do leitor; sem que haja apropriação ou reprodução do texto retomado, deparamo-nos com a alusão.

A referência como prática intertextual é corriqueiramente utilizada em canções e poemas, é o que podemos notar na canção “*Eu nasci há dez mil anos atrás*”, de Raul Seixas. Por diversos momentos, o texto aciona outros sem que tal texto seja exposto de maneira literal. Vejamos em (3):

FIGURA 3 – REFERÊNCIA NA CANÇÃO “*EU NASCI HÁ DEZ MIL ANOS ATRÁS*”.

Eu Nasci Há Dez Mil Anos Atrás
Raul Seixas

Um dia, numa rua da cidade, eu vi um velhinho sentado na calçada
Com uma cuia de esmola e uma viola na mão
O povo parou para ouvir, ele agradeceu as moedas
E cantou essa música, que contava uma história
Que era mais ou menos assim:

Eu nasci há dez mil anos atrás
e não tem nada nesse mundo que eu não saiba de mais (2x)

Eu vi Cristo ser crucificado
O amor nascer e ser assassinado
Eu vi as bruxas pegando fogo para pagarem seus pecados,
Eu vi,
Eu vi Moisés cruzar o mar vermelho
Vi Maomé cair na terra de joelhos
Eu vi Pedro negar Cristo por três vezes diante do espelho
Eu vi,

Eu nasci
(eu nasci)
Há dez mil anos atrás
(eu nasci há dez mil anos)
E não tem nada nesse mundo que eu não saiba de mais
[...]

Fonte: Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/raul-seixas/eu-nasci-ha-dez-mil-anos-atras.html>. Acesso em: 05 ago. 2018.

A canção conta a vivência de um “velho” que teria nascido há séculos, e, assim, vivenciado diversos acontecimentos históricos. Para a construção desse enredo, o produtor do texto aciona diversas vezes o processo definido por Piégay-Gros (2010) como intertextualidade por referência, tal qual nos trechos em destaque, ao longo da terceira estrofe.

Notamos que episódios narrados ao longo do texto bíblico cristão são acionados intertextualmente, como a crucificação de Jesus, em Israel, a abertura do mar vermelho por Moisés, e seu cruzamento através dele com o povo israelita, além da traição de Pedro, apóstolo, a Jesus, antes de sua crucificação. Porém, a bíblia não é citada, diretamente, além de não haver qualquer marcação tipográfica que realce aquela intertextualidade (a não ser a ocorrência do próprio processo intertextual).

Os acontecimentos narrados por meio da crença judaico-cristã não são definidos como fatos históricos, estando contidos no texto bíblico

e nos inúmeros hipertextos (GENETTE, 2010) dela derivados. Dessa maneira, as referências feitas na música a tais situações apresentam claramente relação com a Bíblia, que tende a ser recuperada pelo leitor/ouvinte ao ter contato com a canção, haja vista ter sido ela construída e propagada em um país (o Brasil) em que 86,6% da população é cristã, possuindo, supostamente, conhecimento sobre seu livro sagrado.

A NOÇÃO DE IMPLICITUDE E EXPLICITUDE EM KOCH

Nos trabalhos de Koch (2008, 2009 e 2012), conforme nos orienta Nobre (2014), é possível deparar com diversas categorias intertextuais tratadas pela autora. Inicialmente, a pesquisadora dicotomiza a intertextualidade em estritas e amplas. Aquelas correspondem as que, de maneira mais comum, são abordadas nos estudos atuais sobre intertextualidade na Linguística de Texto, considerando relações efetivas entre textos; essas, por sua vez, são utilizadas para descrever o conceito de maneira mais próxima ao do dialogismo bakhtiniano, como na abordagem de Kristeva (2005).

Koch (2008) pauta ainda a existência de uma intertextualidade temática. Essa categoria daria conta de abordar as relações existentes entre as mesmas temáticas que circundam os textos. A intertextualidade temática ocorre geralmente entre textos de mesma realidade social, por exemplo, em produções compartilhadas entre áreas científicas, ou entre setores de trabalho, assim como é recorrente que se encontre também em textos pertencentes aos mesmos gêneros textuais.

Outra categoria que pode ter relações com os gêneros textuais é a de intertextualidade estilística. Para a autora, essa ocorre principalmente devido à estrutura dos textos, que nos permite uma associação entre estilos. Para além da associação estrutural inerente aos gêneros, destacamos também que essa ocorre no compartilhamento de estilos de textos pertencentes a um gênero específico, não sendo, necessariamente, aquele estilo compartilhado por todos os textos do respectivo gênero. Pode-se notar tal prática corriqueiramente em redações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em que se utiliza de “fórmulas prontas” para alcançar nota máxima, ou seja, utiliza-se de estruturas textuais (estilos) que atendam às competências cobradas na avaliação. Tais estruturas não correspondem ao gênero, sendo apenas uma ocorrência dele.

Temos ainda, em Koch (2008), a conceituação das intertextualidades intergenérica e tipológica. A intertextualidade intergenérica corresponde às relações claramente notáveis que os textos de um gênero possuem entre si. Tal relação é o que possibilita um gênero ser compreendido como tal. Diferentemente da intertextualidade temática e da intertextualidade estilística, que podem ser compartilhadas com textos de gêneros distintos, a intertextualidade intergenérica corresponde às características compartilhadas por textos enquadrados como um gênero específico. A tipológica, por sua vez, diz respeito à estrutura linguística compartilhada entre textos de uma mesma tipologia textual. Também não se confunde com a intergenérica, pois extrapola o âmbito do gênero, podendo ser encontrada em textos de gêneros distintos, atrelada ao conceito de “tipologia textual” (cf. ADAM, 2008).

Ao lado dessas categorias abordadas por Koch, temos ainda as noções de intertextualidade explícita e intertextualidade implícita, conceitos que são de interesse mais específico de nosso trabalho. Tais noções, apesar de receberem a mesma denominação dicotômica dada por Piègay-Gros (2010) aos processos intertextuais por copresença, não se confundem com eles. Sobre a intertextualidade implícita, Koch nos diz que “[...] ocorre sem citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto, como nas alusões, na paródia, em certos tipos de paráfrases e ironias.” (KOCH, 2012, p. 92, grifo da autora). Quanto à intertextualidade explícita, temos:

A intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita a menção da fonte do intertexto, como acontece nas citações, referências, menções resumos, resenhas e traduções, na argumentação por recurso à autoridade, em como, em se tratando de situações face a face, nas retomadas do texto do parceiro, para encadear sobre ele ou contraditá-lo. (KOCH, 2009, p.146).

Como podemos notar, as noções de implicitude e explicitude em Koch relacionam-se diretamente à presença ou ausência da fonte do texto a que remete o intertexto. Para a autora, a não recuperação da fonte, em casos de intertextualidade implícita, pode, inclusive, comprometer a interpretação do texto em que se insere o intertexto. Tal noção, entretanto, encontra-se contestada em Santos (2016), ao abordar

essa categoria em pronunciamentos políticos, tornando claro que, em alguns casos, a não recuperação da fonte, além de não desejada pelo produtor que aciona o intertexto, não compromete a interpretação, pelo interlocutor, do texto em que se insere o intertexto.

Koch (2009) chega a dar exemplos de formas nas quais podemos perceber a ocorrência de intertextualidades explícitas: “citações, referências, menções resumos, resenhas e traduções, na argumentação por recurso à autoridade, em como, em se tratando de situações face a face” (p. 146), e exemplos nos quais percebemos as intertextualidades implícitas “nas alusões, na paródia, em certos tipos de paráfrases e ironias” (KOCH, 2012, p. 92). A autora, entretanto, não se restringe como fez Piègay-Gros (2010) ao tratar das intertextualidades por copresença, referindo-se às paráfrases (processo não descrito nas copresenças, por Piègay-Gros [2010]), e às paródias (processo descrito dentro das relações de derivação). Ela exemplifica ainda com processos não intertextuais, precisamente, como as ironias e interações face a face.

É importante considerar que, em Piègay-Gros (2010), as noções de implicitude e explicitude estão relacionadas não somente à presença da fonte remetendo ao produtor do texto transformado em intertexto, mas também a outras marcas intertextuais, como no caso da alusão. Nos casos das referências, por exemplo, a explicitude é considerada não pela presença da fonte, mas por ser possível uma relação direta entre o intertexto e o texto de onde foi retirado o intertexto. Na citação considera-se a presença de marcas tipográficas para aferir seu caráter explícito. Esses dois últimos processos intertextuais (referência e citação), em Koch (2008, 2009 e 2012), poderiam ganhar, consecutivamente, o ar de intertextos implícitos, já que nem sempre se organizam com menção expressa ao texto-fonte. Koch (2008, 2009 e 2012), todavia, não teve como objetivo de seu estudo subdividir os processos intertextuais explícitos e implícitos, como fez Piègay-Gros (2010).

ARTICULANDO CONCEITOS

Como podemos analisar, a noção de implicitude e explicitude de Piègay-Gros (2010) apresenta-se como sendo mais ampla que o trato a esses conceitos dado por Koch (2008, 2009 e 2012). Isso se torna mais

claro ao percebemos que, para a autora francesa, ambos os conceitos são divididos em objetos de análise mais pontuais, que são: a citação, a referência, a alusão e o plágio. O mesmo não ocorre nas ponderações da autora brasileira.

Em Koch (2008, 2009 e 2012), as noções de intertextualidade implícita e intertextualidade explícita estão estritamente ligadas à marcação, ou não, da autoria. Ao refletirmos sobre a afirmação da pesquisadora de que, estando ausente a autoria, o leitor deve trabalhar para recuperá-la na memória, e que a não recuperação faz com que o sentido do texto não seja construído, podemos considerar que tal movimento intertextual está, dentro do texto em que insere, sendo usado diretamente em uma captação ou em uma subversão em torno da construção da orientação discursiva do produtor do texto.

Essa noção de implicitude, assim, pode aproximar-se da alusão, investigada por Piègay-Gros (2010), mas distancia-se da noção de plágio, também colocada por Piègay-Gros (2010) no bojo das relações intertextuais de copresença implícitas. A realização do plágio tende a não produzir no texto os movimentos de captação ou subversão, conforme Nobre (2014), já que o que ocorre é, comumente, a reprodução de trecho de determinado texto (ou mesmo o texto em sua totalidade), e/ou a apropriação de estilos textuais, ou de sentidos.

O estudo de Santos (2016), sobre as intertextualidades explícitas e implícitas no discurso político, deixa claro que a não recuperação na memória do leitor/ouvinte da fonte do intertexto pode não acarretar danos à interpretação do sentido, sendo, muitas vezes, esperado pelo produtor do texto, inclusive, que a recuperação da fonte do intertexto não seja realmente estabelecida. Vejamos um exemplo (Figura 4) de como a implicitude, vista na concepção de Koch (2008, 2009 e 2012) pode ocorrer em um pronunciamento político, com o trecho do “*Discurso da Sessão de Posse, no Congresso Nacional*”, proferido pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003.

FIGURA 4 – TRECHO DO DISCURSO DE POSSE DO PRESIDENTE LULA.

[...]

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente, para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades [sic] de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros, tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

[...]

Fonte: Brasil. Presidente (2003 -: Lula). Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Grifos nossos.

Os trechos destacados do pronunciamento do presidente Lula em sua posse (2003) podem ser considerados intertextualidades implícitas, dentro da noção analisada por Koch (2008, 2009 e 2012). Nossa afirmação considera que dados como os apresentados, tal qual fatos históricos e dados quantitativos, ou estatísticos, por exemplo, tendem a não se construírem no texto do produtor a partir de sua própria percepção do mundo. Eles pressupõem análises ou estudos prévios para que possam ser afirmados. Lula, entretanto, não apresenta diretamente a fonte de onde teriam sido retirados tais intertextos.

A não aparição do texto-fonte (ou impossibilidade de recuperá-lo diretamente) pode refutar, inclusive, a noção de intertextualidade (que, com base em Nobre [2014], não deve ser confundida com conhecimento de mundo). Nossa interpretação de Koch (2008, 2009 e 2012), portanto, leva em consideração o espaço dado, nas análises da autora, a uma noção mais ampla de intertextualidade. Cabe questionar ainda quais seriam, entretanto, os limites das relações entre textos denomináveis

de intertextualidade. O que efetivamente pode ser considerado texto ou supor-se texto, aceitando-se, assim, a possibilidade de haver, mesmo que não expressa, a relação entre o texto que se estrutura e outro, aparente, mas não explícito? Podemos encontrar algumas reflexões sobre essas questões em Carvalho (2018). Cabe destacar, entretanto, que são colocações a serem refletidas e aprofundadas em estudos da Linguística de Texto.

Nós, como leitores/ouvintes desse pronunciamento, tendemos a não recuperar com exatidão a fonte dos textos que teriam servido de base para essas intertextualidades implícitas. Contudo, não deixamos de construir o sentido do texto em questão (como se pode supor que aconteceria com base na leitura de Koch [2008, 2009 e 2012]). Isso se deve, em partes, ao fato de o pronunciamento proferido não dar margem a essas necessidades. A possível construção que se dá em torno desse discurso é: Lula se encontra na situação de um político que acaba de ser eleito presidente de uma nação, ele a conhece, por vivência e por ter pesquisado e/ou estudado seu país, portanto a informação, apesar não vir vinculada a uma fonte, pode ser concebida como verídica ou plausível. Tal construção é favorável à imagem do presidente; indicando a possibilidade de ser, inclusive, esperada por ele, e pelos que auxiliaram a produção de seu discurso, ao realizar tal movimento intertextual.

No primeiro parágrafo uma informação histórica é apresentada, ressaltando a grandeza do povo brasileiro. Ela é colocada no texto não de maneira aleatória, mas reforça o chamado realizado por Lula, no mesmo parágrafo, para que o povo, junto de seu governo, lute contra a fome. Temos, aí, o movimento de captação.

No segundo e no terceiro parágrafos, informações implícitas mútuas se embasam para a construção da argumentação contida no texto. Ao mesmo tempo em que afirma que o país, mesmo tendo se deparado com situações tão gloriosas, como os tempos do ouro e da cana, a abolição da escravidão, ou a industrialização, não conseguiu combater a fome. A perspectiva de Lula é que tal momento é finalmente chegado, um período glorioso, sua vitória se soma ao desafio que ele venceria: o de combater a fome no Brasil.

Como notamos, no que tange ao pronunciamento político, a intertextualidade implícita dilui-se ao longo do texto construído, reforçando o *ethos* de autoridade do político em questão. Os movimentos

de captação a elas relacionados fazem com que essas implicitudes acabem não se confundido com casos de plágio, conforme o conceito tratado por Piègay-Gros (2010). Em casos de plágio geralmente tais movimentos são anulados. Koch (2009) considera ainda que a captação pode, na verdade, não ser anulada, mas feita em nível tão imbricado ao texto ao qual se relaciona que pode se tornar imperceptível (sendo esse o mais provável propósito do produtor do texto-plágio).

Quanto à concepção de explicitude de Koch (2008, 2009 e 2012), essa corresponde de maneira mais precisa ao que Piègay-Gros (2010) abordou como citação que, como aponta estudos avulsos em torno da intertextualidade, pode se dar de maneira direta ou indireta. A explicitude em Piègay-Gros (2010) pode ser expressa não apenas pela referência, tal qual ocorre no conceito abordado pela pesquisadora brasileira, mas também por marcas tipográficas. A referência, para Piègay-Gros (2010), seria por si só intertextual, enquanto para Koch (2008, 2009 e 2012) ela é um mecanismo para a construção da explicitude, ou sua ausência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, de caráter revisional relativo às questões tratadas, buscamos apresentar algumas convergências e divergências entre as noções de explicitude e implicitude abordadas em Piègay-Gros (2010) e Koch (2008, 2009 e 2012). Ambas as autoras possuem demasiada relevância nos estudos sobre intertextualidade na Teoria Literária e na Linguística de Texto, respectivamente, com vastos estudos sobre o assunto; conforme buscamos apresentar. Apesar de terem denominado da mesma maneira essas intertextualidades, compreendem esses fenômenos de maneiras distintas.

Em Piègay-Gros (2010), temos a divisão dos processos intertextuais em explícitos (referência e citação) e em implícitos (alusão e plágio), situados nas relações por copresença. Tais processos são assim categorizados tendo em perspectiva não somente questões de marcação, ou não, da autoria, mas também as marcas textuais, incluindo tipográficas, que tornam perceptível a presença de um texto em outro.

Em Koch (2008, 2009 e 2012), a intertextualidade explícita e a intertextualidade implícita são categorias de análise que se encontram no escopo das intertextualidades estritas. Para a autora, um intertexto

poderá ser considerado explícito quando nele há a presença da fonte do intertexto; ausentando-se a fonte, ele será, consecutivamente, implícito. Essa presença/ausência da fonte, para a autora, influencia diretamente a interpretação do texto em que se encaixa a intertextualidade.

Quanto aos interesses da Linguística Textual no que concerne à temática, é possível argumentar que as noções de explicitude/implicitude trabalhadas em Piègay-Gros (2010) mostram-se mais aprofundadas, tendo em vista nos permitirem pensar não somente as intertextualidades explícitas e implícitas enquanto processos, mas possibilitando compreender seus produtos (as citações, as referências, os plágios e as alusões) e o modo como cada um deles contribui na construção textual. A perspectiva dessa autora, portanto, apresenta possibilidades de análises mais precisas.

Na compreensão de Koch (2008, 2009 e 2012), apesar de a autora apresentar algumas práticas intertextuais produzíveis pelas intertextualidades, percebemos conceitos menos tangíveis, por não se desdobrarem, necessariamente, em processos intertextuais precisos. As intertextualidades explícitas e implícitas, para essa autora, estão centradas na presença ou ausência, no intertexto, de referência ao texto-fonte. Essa compreensão, como apontamos na seção “*Articulando conceitos*”, permite-nos realizar reflexões diversas quanto aos limites entre intertextualidade e outros fenômenos que, apesar de estarem presentes nas intertextualidades, não as pressupõem, como o conhecimento de mundo, o dialogismo e as heterogeneidades enunciativas. O pressuposto, defendido pela autora, de que haja intertextualidades amplas (de cunho dialógico) subjacentes às estritas permite tal estado de coisas e justifica tais considerações.

Vale apontar, por fim, que, conforme defendem Cavalcante; Brito (2012), pensar em explicitude e implicitude é tarefa delicada, haja vista a possibilidade de se investigar um conjunto de marcas, não somente tipográficas, mas que possibilitam a análise de uma ocorrência intertextual como mais ou menos explícita/implícita. Nesse sentido, compreendemos que a explicitude e a implicitude são movimentos intertextuais realizados pelos locutores, ao colocarem textos em relação, a fim de gerar determinados efeitos de sentidos; havendo, assim, processos intertextuais que tendem a uma explicitude e outros que tendem a uma implicitude, tal como assume Nobre (2014), ao

considerar o parâmetro referencial da intertextualidade como um ponto de vista, dentre vários, sob o qual se observa o complexo fenômeno da intertextualidade. Essas categorias, assim sendo, não devem ser pensadas como estáticas, ou completamente opostas, mas sim por meio de nuances; haveria, portanto, práticas intertextuais mais ou menos explícitas/implícitas, aferíveis a partir de suas marcas contextuais.

EXPLICIT INTERTEXTUALITIES AND IMPLICIT INTERTEXTUALITIES

ABSTRACT

We utilize a bibliographic analysis to relate the notions of implicit / explicit intertextuality, based on the usage given to these concepts at the studies of Piègay-Gros (2010) and Koch (2009). The first author divides the intertextualities by co-presence (allusion – plagiarism [implicit], references – citation [explicit]) and by derivation; Koch studies several categories of intertextualities, among them the explicit ones (source of the present intertext) and the implicit ones (source of the absent intertext). In Koch (2009), therefore, the notion of explicitness / implicitness is related to the presence / absence of reference to the paternity of the source text of the intertext. In Piègay-Gros (2010), factors such as typographic marks and effects of meanings caused by intertextualities.

KEYWORDS: Intertextuality. Explicit intertextuality. Implicit intertextuality. Intertextual relations.

INTERTEXTUALIDADES EXPLÍCITAS E INTERTEXTUALIDADES IMPLÍCITAS

RESUMEN

Insistiendo en un análisis bibliográfica, objetivamos relacionar las nociones de implícitud/explicitud de intertextualidades, partiendo del tratamiento dado estos conceptos en Piègay-Gros (2010) y Koch (2009). Aquella divide las intertextualidades en por copresencia (alusión - plagio [implícita], referencias - citación [explícita] e por derivación; esa estudia diversas categorías de intertextualidades, en ellas las explícitas (fuente del intertexto presente) y las implícitas (fuente del intertexto ausente). En Koch (2009), la noción de explicitud/explicitud se relaciona a presencia/ausencia de referencia de autoría del texto-fuente del intertexto. En Piègay-Gros (2010), son considerados factores como rasgos tipográficos y efecto de sentido que las intertextualidades traen.

PALABRAS CLAVE: Intertextualidad. Intertextualidad explícita. Intertextualidad implícita. Relaciones intertextuales.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-michel. *A lingüística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo, Cortez, 2008.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 19, n. 9, p. 25-42, 1990.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua, número da edição*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

BRITO, Mariza Angélica Paiva; FALCÃO, Maria Dayanne Sampaio; SOUZA SANTOS, José Elderson de. Apelo a um exterior: as alusões como estratégias argumentativas/the appeal to an exterior: allusions as argumentative strategies. *Revista de Letras*, Curitiba, v. 2, n. 36, p. 23-35, 2017.

CARLOS, Josely Teixeira. *Muito além de apenas um rapaz latino-americano vindo do interior: investimentos interdiscursivos das canções de Belchior*. 2007. 278 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CARVALHO, Ana Paula Lima de. *Intertextualidades escritas e amplas*. 2018. 131 f. Projeto de Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. Intertextualidades, heterogeneidades e referenciação. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 83-100, 2011.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva. Intertextualidade e psicanálise. *Calidoscópio*, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 310-320, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo, Contexto, 2012.

CHRISTOFÉ, Lilian. *Intertextualidade e plágio: questões de linguagem e autoria*. 1996. 193 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996,

FARIA, Maria da Graça dos Santos. *Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais*. 2014. 118 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: FOUCAULT, Michel. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 63º ano, n. 3, p. 73-104, julho-setembro

de 1969. (Société Française de Philosophie, 22 de fevereiro de 1969; debate com M. de Gandillac, L. Goldmann, J. Lacan, J. d'Ormesson, J. Ullmo, J. Wahl.).

GENETTE, Gérard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Extratos traduzidos por Cibele Braga; Erika Viviane Costa Vieira; Luciene Guimarães; Maria Antônia Ramos Coutinho; Mariana Mendes Arruda; Mirian Vieira. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A. 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo, Contexto: 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Christina.; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo, Cortez, 2008.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. Tradução de Lucia Helena França Ferraz. Editora Perspectiva, 2005.

NOBRE, Kennedy Cabral. *Critérios classificatórios para processos intertextuais*. 2014. 128 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

OLBRECHTS-TYTECA, Lucie; PERELMAN, Chaïm. *Tratado de Argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

PIÈGAY-GROS, Nathalie. Introduction à l'intertextualité. Paris: Dunod, 1996. Traduzido por Mônica Magalhães Cavalcante; Mônica Maria Feitosa Braga Gentil; Vicência Maria Freitas Jaguaribe. *Interseções*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 220-244, 2010.

SANTOS, José Elderson de Souza. As intertextualidades explícita e implícita no discurso político. *Ao Pé da Letra*, Pernambuco, v. 18, n. 2, p. 119-137, 2016.

SOUZA SANTOS, José Elderson de. *Plágio como processo intertextual*. 2018. 76 f. Projeto de Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

Submetido em 25 de janeiro de 2019

Aceito em 9 de maio de 2019

Publicado em 02 de dezembro de 2019
